PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047
Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338
e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

031/2025

PROCESSO

261/2025

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA (986629)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 321.308,43 (trezentos e vinte e um mil reais, trezentos e oito reais e quarenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **18/09/2025** às **09h00 (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 031/2025 – PROCESSO 261/2025

1. PREÂMBULO

1.1. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA,** através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, situada na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 – Centro, **TORNA PÚBLICA** a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133 de 2021**, e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

1.2. Informações preliminares:

DATA DA ABERTURA: 18 /09 / 2025.
HORA: 09h00 (nove horas) – horário de Brasília-DF.
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras
CÓDIGO UASG: 986629

2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2. Não serão aceitos preços unitários acima dos valores máximos orçados pela administração para cada item.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação

por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, aindaque por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Estarão definidos no Termo de Referência (ANEXO I), os itens cuja participação seja exclusiva e/ou que tenha cota reservada, para microempresas, empresas de pequeno porte e as equiparadas a estas por lei, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

3.6. Os itens poderão ser divididos em cota principal e cota reservada e/ou exclusiva à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.6.1. As cotas principal e reservada e/ou exclusiva serão licitadas pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.

3.6.2. Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, referente ao mesmo produto/serviço o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor, sob pena de desclassificação.

3.6.3. A obtenção do benefício a que se refere o item 4.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte ou equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015 e o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. **Não poderão** disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto

executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 4.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2 e 4.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 4.8.2 e 4.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como

encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termosda Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 4.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representantede empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horárioestabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de quea proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado daPrevidência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca/modelo e fabricante;

5.1.3. Quantidade cotada;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada item.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DELANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo) em cada item.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da

etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão eeventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão oslicitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novoslances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor

lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar- se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, respeitado o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Para fins de desempate, será utilizada a seguinte regra:

1º) aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto; disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova propostaem ato contínuo à classificação;

2º) de modo subsequente, a aplicação do artigo 60 da Lei 14.133/2021 e respectiva regulamentação, se houver;

3º) ainda assim persistindo o empate, será realizado o sorteio entre as empatadas, de modo eletrônico e automático, pela própria plataforma Compras.gov.br.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.5. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992 e inciso III do art. 14 da Lei 14.133/2021.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário,

por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório deOcorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3.4. Cadastro de Apenados pelo tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados)

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferioresa 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência dopregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Aplanilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá sercolhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, comaverbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.3.1. Inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termosda Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasile da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A daConsolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital e/ou Municipal[1] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetocontratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente,na forma da lei.

8.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

8.4.1. A licitante deverá apresentar Certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sededa pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, que comprove(m) que a empresa tenha fornecido para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao do presente objeto.

8.6. DAS DECLARAÇÕES DIVERSAS:

8.6.1. Juntamente aos demais documentos de habilitação a licitante deverá apresentar as declarações no **Anexo IV – Declaração Geral**.

8.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que conste todas as informações exigidas.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados diretamente noDepartamento de Compras e Licitações, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação por servidores ou, via correio em cópias autenticadas por qualquer meio legalmente permitidos, ou ainda pelo sistema ou e-mail digitalizados e autenticados por meios digitais.

[1] conforme orientação do TCESP no TC nº023634.989.21-4 - a exigência de comprovação da regularidade fiscal (Estadual e Municipal) deve se limitar aos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante, compatível com o objeto contratual.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão e prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada e no máximo até 30 minutos antes do término do prazo inicial.

8.10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qualpoderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a propostaem especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.5. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a licitação

10.1.4. fraudar a licitação

10.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazomáximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, a multa será de 10% do valor do contratolicitado.

10.4.2. Para as infrações previstas no item 13.1.3, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

10.4.3. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazomáximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo deresponsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, queavaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo neste caso o pedido ser encaminhado através do e-mail licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

11.3.1. A impugnação e/ou esclarecimento será considerada recebida após o efetivo recebimento e registro da mensagem eletrônica diretamente no equipamento de informática/servidor da Prefeitura.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo

horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio daisonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente dacondução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, de seus anexos ou demais peças que compõem o processo ou da plataforma, prevalecerão as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) e endereço eletrônico https://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/licitacoes.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

12.11.4. ANEXO IV – Declaração Geral

12.11.5. ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato

12.11.6. ANEXO VI – ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Laranjal Paulista, 05 de setembro de 2025.

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047
Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338
e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Antônio Valdecir Berto Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO 031/2025 – PROCESSO 261/2025

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto

1.1.1. O presente processo tem por objeto o fornecimento de materiais e equipamentos especializados para educação em tempo integral, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação de Laranjal Paulista, pelo período de 12 meses consecutivos.

1.1.1.1. Descrição simplificada dos itens e quantidades da contratação

LOTE 01 - JOGOS						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
1	477499	Blocos de montar - Marca de referência: Lego; Material: plástico; Tipo: blocos de encaixe; Cor: multicolor; Componentes mínimos: 300 peças de formatos variados; Características adicionais: atóxico e lavável.	Un	20	R$ 100,49	R$ 2.009,80
2	622090	Jogo da memória - Material: madeira MDF; Quantidade mínima de peças: 30 unidades (15 pares); Tamanho mínimo: 5 cm x 5 cm; Peças serigrafadas ou pintadas com seus pares; embalada em caixa de madeira ou papelão reforçado. Tema: variados	Un	20	R$ 44,25	R$ 885,00
3	622248	Quebra cabeça - material em MDF, com no mínimo 20 peças; Tamanho mínimo de 30 cm x 23 cm; colorido. Tema: variado	Un	24	R$ 40,00	R$ 960,00
4	473100	Aramado Pedagógico - Material em madeira e arame galvanizado; peças multicoloridas; Tipo montanha russa	Un	12	R$ 228,91	R$ 2.746,92
5	462529	Alfabeto Móvel - Material: MDF; Quantidade mínima de 130 peças; Tamanho mínimo 50 mm x 100 mm x 3 mm	Un	36	R$ 158,57	R$ 5.708,52
6	462302	Instrumentos musicais kit com no mínimo 20 instrumentos	Un	2	R$ 977,50	R$ 1.955,00
7	622236	Globo Terrestre Luminoso Aplicação: Ensino E Aprendizagem	Un	8	R$ 356,35	R$ 2.850,80

		Material: Plástico Diâmetro: 30 cm Tipo: Político Características Adicionais: Iluminação LED				
8	462437	Tapete De EVA de Alfabeto 26 Peças Tapete confeccionado em E.V.A, todo colorido, contendo 26 peças (todas as letras do alfabeto), placas medindo APROXIMADAMENTE 33 cm x 33 cm x 0,8 cm de espessura (cada placa).	Un	30	R$ 134,45	R$ 4.033,50
9	480961	Blocos De Montar Encaixes Mágicos Criativos Educativo com no mínimo 400 peças Formato ergonômico e seguro, com bordas arredondadas e plástico atóxico de alta qualidade, variedade de cores vibrantes e formatos	Un	20	R$ 499,90	R$ 9.998,00
10	622320	Conjunto de Pista Sensorial Brinquedo terapêutico tapete sensorial 5 texturas diferentes - contendo 5 unidades de aproximadamente 25 x 25 x 10 cm, com texturas e cores diversas	Un	8	R$ 425,80	R$ 3.406,40
11	486431	Torre de Hanói 01 base com 06 círculos coloridos, medindo aproximadamente 310 mm x 90 mm x20 mm em madeira. Trabalha agrupamento, ordem, coordenação e estimula a percepção.	Un	8	R$ 97,00	R$ 776,00
12	477069	Jogo de Pinos Coloridos de Encaixe Brinquedo Educativo blocos de encaixe - blocos horizontais que se encaixam por pinos e compõem uma peça maior. 25 peças coloridas, acondicionadas em uma base medindo aproximadamente 320 mm x 65 mm x 210 mm, com palitos para encaixar as peças	Un	8	R$ 62,95	R$ 503,60
13	476220	Numerais com pinos Material: MDF -Faixa etária: a partir de 3 anos -Auxilia no aprendizado dos números e no entendimento da relação quantidade e numeral -Os numerais de 0 a 9 possuem pinos que se encaixam ao redor, permitindo que a criança faca correspondência numeral-quantidade	Un	8	R$ 109,50	R$ 876,00
14	629236	Passa Figuras Brinquedo Educativo Pedagógico Formas	Un	8	R$ 89,90	R$ 719,20

		Geométricas Composição: Estojo de madeira. Dividido em 2 compartimentos com tampa corrediça, permitindo a passagem constante de blocos geométricos. Figuras: Cubos, cilindro, pirâmide e paralelepípedo em cores variadas. Certificação INMETRO Brinquedos Idade: a partir de 2 anos. Material: Madeira e Tinta Não-Tóxica.				
15	235609	Dominó de vinil figuras / letras Conjunto composto por aproximadamente 26 peças de dominó com as letras do alfabeto e as imagens correspondentes.	Un	8	R$ 162,07	R$ 1.296,56
16	462529	Números Móveis Brinquedo Encaixe Números; Painel de madeira para encaixe;	Un	8	R$ 169,25	R$ 1.354,00
17	616080	Jogo Da Argola As argolas são confeccionadas com materiais resistentes, Composto por Kit 20 Argolas Jogo Coordenação Motora.	Un	8	R$ 59,60	R$ 476,80
18	621568	Sacolão Monta Fácil Gigante com aproximadamente 160 peças Confeccionado em plástico, colorido, atóxico e resistente, peças de encaixe, acondicionado em sacola plástica	Un	10	R$ 267,59	R$ 2.675,90
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 01					**R$ 43.232,00**	

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 01 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados, sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 2 - ESPORTIVO						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
19	466199	Bambolê Material: PVC Diâmetro: 0,60 m Aplicação: Práticas Esportivas Cor: Variada	UN	100	R$ 5,80	R$ 580,00
20	476038	Bola de vôlei Material: PVC Peso Cheia: 250 a 260 g	UN	10	R$ 62,37	R$ 623,70

		Circunferência: 64 CM Características Adicionais: Pintura Típica De Bola De Vôlei, Simulando Gomos Aplicação: Vôlei De Quadra Cor: Multicolor				
21	375634	Bola de futsal Material: PU Peso Cheia: 350 a 380 g Circunferência: 55 a 59 cm Características Adicionais: 32 Gomos, Miolo Lubrificado Tipo: Infantil	UN	10	R$ 109,00	R$ 1.090,00
22	464732	Bola de borracha para queimada Confeccionado em borracha natural e borracha sintética (poliuretano) de alta resistência, condições de 40 – 42 cm,	UN	10	R$ 48,37	R$ 483,70
23	471372	Cone cores variadas Material: Plástico Altura: Cerca 20 cm Aplicação: Atividade Física Características Adicionais: Cone Demarcatório, C/ Cor	UN	80	R$ 9,00	R$ 720,00
24	75183	Bomba para Encher Bola Material Alumínio Cabo de madeira Corpo de alumínio Acompanha bico Unitário	UN	4	R$ 32,80	R$ 131,20
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 02					**R$ 3.628,60**	

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 02 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados, sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 03 - PAPELARIA						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
25	461462	Tesoura - Material da lâmina: aço inoxidável; Material do Cabo: polipropileno; Comprimento total: 13 cm (tolerância de 10% para mais ou para menos); Características Adicionais: sem ponta	Un	80	R$ 27,37	R$ 2.189,60
26	482941	Tesoura Multiuso 24 cm Aço Inox Cabo Emborrachado Termoplástico – 24,5 cm	Un	22	R$ 36,89	R$ 811,58
27	409983	Pincel para quadro branco: Material da ponta: fibra sintética; Tipo da carga: recarregável Cor: PRETO Características adicionais: escrita 2 mm, ponta arredondada	Un	60	R$ 12,62	R$ 757,20
28	409983	Pincel para quadro branco: Material da ponta: fibra sintética; Tipo da carga: recarregável; Cor: AZUL, Características adicionais: escrita 2 mm, ponta arredondada	Un	60	R$ 12,62	R$ 757,20
29	409983	Pincel para quadro branco: Material da ponta: fibra sintética; Tipo da carga: recarregável; Cor: VERMELHO; Características adicionais: escrita 2 mm, ponta arredondada	Un	60	R$ 12,62	R$ 757,20

30	282563	Tinta para pincel de quadro branco – Refil para Pincel Marcador Quadro Branco: Cor: PRETO Embalagem: 1 Litro ; Álcool, corante, solvente e aditivos ; abastece todas as marcas de pincel para quadro branco. Capacidade de aproximadamente 1500 recargas	Un	10	R$ 146,15	R$ 1.461,50
31	282562	Tinta para pincel de quadro branco – Refil para Pincel Marcador Quadro Branco: Cor: AZUL Embalagem: 1 litro ; Álcool, corante, solvente e aditivos ; abastece todas as marcas de pincel para quadro branco. Capacidade de aproximadamente 1500 recargas.	Un	10	R$ 146,15	R$ 1.461,50
32	286218	Tinta para pincel de quadro branco – Refil para Pincel Marcador Quadro Branco: Cor: VERMELHO Embalagem: 1 Litro ; Álcool, corante, solvente e aditivos ; abastece todas as marcas de pincel para quadro branco. Capacidade de aproximadamente 1500 recargas.	Un	10	R$ 146,15	R$ 1.461,50
33	445044	Pincel Chanfrado cerda sintética, cabo longo, n° 12	Un	20	R$ 31,72	R$ 634,40
34	393613	Pincel Chato cabo longo, n° 8	Un	40	R$ 8,12	R$ 324,80
35	482032	Pincel língua de gato sintético n° 12	Un	20	R$ 22,20	R$ 444,00
36	619566	Pincel Faca cerda sintética, n° 12	Un	20	R$ 36,75	R$ 735,00
37	377302	Rolinho para Pintura Rolo Espuma Amarela Poliéster com Suporte, 9 cm	Un	20	R$ 13,70	R$ 274,00
38	338468	Lápis de cor - Material: Madeira , Diâmetro Carga: 2 mm, Cor: Diversas , Formato: Cilíndrico , Comprimento Total: 170 mm, Características Adicionais: Tamanho Grande Com 12 Cores (caixa com 12 cores grande)	Cx	40	R$ 17,90	R$ 716,00
39	392212	Lápis preto - Grafite HB Nº 2 CAIXA COM 72	Cx	3	R$ 33,35	R$ 100,05
40	628636	Apontador Material: Acrílico Tipo: Escolar Cor: Variada Tamanho: Médio Com Depósito, Lâmina Aço Inoxidável	Un	50	R$ 2,95	R$ 147,50
41	486374	Caneta Marca texto Material: Plástico Tipo Ponta: Chanfrada Cor: Amarela Características Adicionais: Traço 4 mm	Un	24	R$ 3,25	R$ 78,00
42	202452	Apontador duplo, com entrada para lápis jumbo	Un	40	R$ 7,59	R$ 303,60
43	485370	Caixa Canetinha Hidrográfica Jumbo Com 12 Cores Ponta Grossa	Cx	16	R$ 19,90	R$ 318,40
44	235221	Polaseal Plástico para Plastificação A4 0,05 x 220 x 307 mm 100un – Transparente	Pct	15	R$ 65,00	R$ 975,00
45	465063	Cartela Bolinhas Bio Gel Cartela Com 24 Pacotes	Un	8	R$ 33,69	R$ 269,52

46	464924	ENCADERNAÇÃO - CAPA PVC EM ESPIRAL A4 - 101 A 200 FOLHAS Capa inicial PVC transparente Fundo capa AZUL OU VERMELHA Em espiral Tamanho documento A4, de 101 a 200 folhas por volume. KIT COM 100 UNIDADES	Kit	5	R$ 98,00	R$ 490,00
47	274934	Caderno pauta larga 40 folhas tamanho A4 Tipo: Pedagógico, Caligrafia Material: Celulose Vegetal Material Capa: Papelão Quantidade Folhas: 40 FL Apresentação: Brochura	Un	40	R$ 33,50	R$ 1.340,00
48	627915	Pinça Plástica Grande Infantil Coordenação Motora ; Cor: Variada	Un	40	R$ 17,20	R$ 688,00
49	325529	Pacote Elástico Látex Colorido para Dinheiro 120 un	Pct	8	R$ 14,00	R$ 112,00
50	627915	Pacote de pompom Colorido 20 mm – PACOTE COM 100 UN	Pct	8	R$ 18,50	R$ 148,00
51	437684	Borracha Escolar Branca Não tóxico Produto certificado: INMETRO Simples, sem capinha Dimensões e Peso APROXIMADO 4,2 x 2,9 x 1 cm 20,7 gr CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UN	Cx	2	R$ 27,60	R$ 55,20
52	282967	COLA BRANCA 90G. APLICAÇÃO: PAPEL. COR: BRANCA. TIPO: PASTOSA. COMPOSIÇÃO: POLIVINIL ACETATO - PVA Não Tóxica; Escolar ; Lavável	Un	100	R$ 3,90	R$ 390,00
53	624178	Corretivo de Fita Material: Polietileno Comprimento: 6 m Largura: 5 mm Aplicação: Apagar Caneta Esferográfica Características Adicionais: Não Tóxico E Certificado Pelo Inmetro CAIXA COM 12	Cx	20	R$ 38,95	R$ 779,00
54	629031	Cola de Silicone Composição: Silicone Cor: Incolor Características Adicionais: Frasco 100 ml, para E.V.A e Isopor Tipo: Líquido CAIXA COM 6	Cx	1	R$ 73,30	R$ 73,30
55	478199	Cola para tecido 37g – 60g Apresenta efeito adesivo permanente. Não tóxica. CAIXA COM 12	Cx	1	R$ 94,30	R$ 94,30
56	628594	Cola De Madeira – 90 g – 100g Aplicação: Madeira, MDF CARACTERÍSTICAS: À base de água e baixo odor. CAIXA COM 12	Cx	1	R$ 86,50	R$ 86,50
57	278687	Pistola para cola quente grossa (11 mm), Bivolt, 60 W	Un	10	R$ 36,60	R$ 366,00

58	614153	Pistola para cola quente Fina (7,5 mm), Bivolt, 8 W/20 W	Un	10	R$ 32,20	R$ 322,00
59	625374	Bastao Cola Quente Grosso 11 mm Transparente Pacote Com 1 kg	Pct	15	R$ 69,07	R$ 1.036,05
60	225173	Massa de modelar - 12 bastões coloridos Não tóxica Não macha as mãos	Cx	80	R$ 9,82	R$ 785,60
61	463146	Papel adesivo para Decoupagem – Variado	Un	10	R$ 17,10	R$ 171,00
62	204657	Papel sulfite – Caixa com 10 pacotes - A4, pacote com 500 folhas, 75 g/m² CAIXA COM 10 PACOTES	Cx	15	R$ 315,00	R$ 4.725,00
63	626135	Folha de papel cartolina – cores variadas e branco TAMANHO APROXIMADO 50 x 66 cm - 140 g PACOTE COM 100 FOLHAS	Pct	3	R$ 145,55	R$ 436,65
64	429466	Folha de papel cartolina dupla face (color set) – TAMANHO APROXIMADO: 48x66 110g/m² PACOTE COM 20	Pct	35	R$ 29,75	R$ 1.041,25
65	229815	Pincel Atômico – cor AZUL Possui tinta permanente CAIXA COM 12 UN	Cx	10	R$ 60,25	R$ 602,50
66	229816	Pincel Atômico – cor PRETO Possui tinta permanente CAIXA COM 12 UN	Cx	10	R$ 60,25	R$ 602,50
67	229817	Pincel Atômico – cor VERMELHO Possui tinta permanente CAIXA COM 12 UN	Cx	10	R$ 60,25	R$ 602,50
68	430393	Folha de EVA – CORES LISAS VARIADAS PACOTE COM 10 FOLHAS 60 cm x 40 cm	Pct	20	R$ 37,50	R$ 750,00
69	434953	Folha de EVA – GLITTER COM CORES VARIADAS PACOTE COM 5 FOLHAS 60 cm x 40 cm	Pct	20	R$ 48,00	R$ 960,00
70	417233	Folha de papel crepom - CORES VARIADAS PACOTE COM 10 ROLOS	Pct	20	R$ 23,65	R$ 473,00
71	440467	Folha de papel de seda – CORES VARIADAS PACOTE COM 40 FOLHAS 60 cm x 40 cm	Pct	10	R$ 80,65	R$ 806,50
72	626114	Envelope Pardo – Tamanho A4 Envelope Saco Kraft Natural Pardo 240 x 340 Pacote Com 100 Unidades	Pct	10	R$ 57,80	R$ 578,00
73	481470	Fita crepe – 18mmx50m Pacote com 6	Pct	25	R$ 26,50	R$ 662,50
74	626828	Fita crepe 48 mm x 50 m Pacote com 2	Pct	25	R$ 24,05	R$ 601,25
75	626116	Fita Adesiva Transparente 12 mm x 40 m Pct com 6 rolos	Pct	10	R$ 15,06	R$ 150,60
76	279064	Fita Adesiva Transparente 48 mm x 45 m PACOTE COM 5 ROLOS	Pct	15	R$ 18,22	R$ 273,30

77	424122	Tela De Pintura Material: Tecido Algodão , Comprimento: 24 cm, Largura: 18 cm, Uso: Artístico , Características Adicionais: Moldura Em Madeira	Un	20	R$ 13,90	R$ 278,00
78	423297	Tinta para tecidos – cores variadas 60 UNIDADES TOTAIS, CORES: 10 azul, 10 verde, 10 amarelo, 10 vermelho, 10 branco, 10 preto	Un	60	R$ 6,10	R$ 366,00
79	482529	Primer Pintura Primer 3 em 1, Para Metal, Vidro e PET, Incolor, 100 ml Aplicação – Artesanato	Un	10	R$ 28,82	R$ 288,20
80	399351	Verniz para tecidos Verniz Acrílico Brilhante, Incolor, 100 ml	Un	5	R$ 38,72	R$ 193,60
81	611692	TNT – ROLO COM 50 m CORES VARIADAS (2 azul, 2 amarelo, 2 vermelho, 2 rosa, 2 verde, 2 laranja, 2 branco, 2 marrom)	Un	10	R$ 146,15	R$ 1.461,50
82	609858	Palito Material: Madeira Comprimento: 20 cm Aplicação: Churrasco Características Adicionais: Liso e Sem Rebarba Pacote com 100 Palitos	Pct	10	R$ 22,50	R$ 225,00
83	602198	Balão Festa Material: Borracha Natural, Látex Cor: Liso, C/ Cor Variada Tamanho: Nº 9 / Embalagem com 50 balões	Pct	5	R$ 32,63	R$ 163,15
84	396099	Argola Para Chaveiro 25 mm C/ corrente Pacote com 500 argolas	Pct	1	R$ 96,50	R 96,50
85	622664	Pasta Catálogo Material: Plástico Tipo: Catálogo Largura: 239 mm Altura: 334 mm Cor: Variada Capacidade: 50 Envelopes FL	Un	100	R$ 20,00	R$ 2.000,00
86	610473	Pasta de papelão com Elástico Material: Papelão Largura: 350 MM Altura: 235 CM Aplicação: Documentos Características Adicionais: Com Aba E Elástico	Un	50	R$ 4,00	R$ 200,00
87	625317	Caixa Arquivo Morto Plástico Material: Plástico Polionda Dimensão (C X L X A): 360 X 130 X 250 mm Características Adicionais: Com Dados De Identificação Do Produto A Marca Do Fabricante	Un	50	R$ 9,80	R$ 490,00
88	323291	Papel Cartão Vergé - 180g - Tamanho A4 PACOTE COM 20 Folhas	Pct	20	R$ 19,90	R$ 398,00
89	625682	Saquinho Plástico com Furos para pasta Pacote com 100 saquinhos Tipo Plástico: Polietileno Baixa Densidade Comprimento: 30 CM Largura: 23 CM Cor: Incolor	Pct	10	R$ 19,70	R$ 197,00

		Características Adicionais: Com 4 Furos Aplicação: Pasta Catálogo Transmitância: Transparente				
90	483460	Placas de Isopor Comprimento: 1 m Largura: 50 cm Espessura: 10 mm Características Adicionais: Tipo 2f	Un	10	R$ 3,45	R$ 34,50
91	420767	Esfera de Isopor 100 mm PACOTE COM 100	Pct	1	R$ 170,45	R$ 170,45
92	617376	Papel Celofane – cores diversas Comprimento: 80 cm Largura: 80 cm Espessura: 0,07 mm	Un	10	R$ 3,67	R$ 36,70
93	471224	Papel Laminado – Cores diversas Comprimento: 59 cm Largura: 49 cm	Un	10	R$ 3,45	R$ 34,50
94	50345	Adaptador Escrita Apoio De Dedos Ergonômico PARA CANETAS E LÁPIS EM SILICONE. Dimensões: 9 x 6 x 1	Un	40	R$ 10,30	R$ 412,00
95	425254	Caixa de percevejo Material: Arame E Chapa De Aço Tratamento Superficial: Latonado Tamanho: 9 mm Características Adicionais: Tratamento Anti-Ferrugem	Un	10	R$ 25,55	R$ 255,50
96	202152	Giz De Cera Escolar Grosso Jumbo ou Triangular 12 Cores	Cx	16	R$ 12,50	R$ 200,00
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 03						**R$ 42.680,65**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 03 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 04 - INFORMÁTICA						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
97	626072	Notebook Tamanho do SSD: 256GB Sistema Operacional: Windows 11 Home Teclado Padrão Brasileiro Bluetooth 5.0 Regulamentação ANATEL Memória RAM: 8GB Dimensões Aproximadas (AxLxP) 17.9 x 360.2 x 236 mm626072 Bivolt	UN	12	R$ 2.880,50	R$ 34.566,00

		Resolução da Tela HD – Antirreflexo Pacote de softwares gratuitos para edição de texto, de planilha, de apresentações, de imagens e de vídeos, com garantia mínima de 12 meses. Produto produzido e ou montado no Brasil, com rede de assistência técnica consolidada em território nacional.				
98	601776	Caixa de Som com microfone Caixa de som 150W - potência mÍnima de 150 W, voltagem: bivolt, aplicação: sala de aula, características adicionais: LED Indicador de carga da bateria, componentes adicionais: microfone sem fio com bateria Interna, equalizador, estrada USB, Conexão Wi-Fi ou Bluetooth. Garantia mínima de 12 meses. Produto produzido e ou montado no Brasil, com rede de assistência técnica consolidada em território nacional.	UN	2	R$ 616,50	R$ 1.233,00
99	613277	Projetor de imagem – Modo de projeção: Frontal/Traseiro/Instalado no teto; Número de pixels: 1,024,000 dots (1280 x 800) x 3; Relação de aspecto: 16:10; Brilho em cores: 3.000 lúmens; Brilho em branco: 3.000 lúmens; Relação de contraste: Até 350:1; Reprodução de cores: Até 16.77 Milhões de cores; Alto- falante: Mono 5W; Ruído do ventilador: 29 dB/38 dB. Da lente de projeção: Tipo Zoom Digital / Foco(Manual); Zoom: 1,0-1,35; Tamanho da imagem: 25" à 378" (0,91m-10,42m); Distância de projeção para imagem padrão 60" 1,64m; Correção de keystone: vertical: +-30 graus , horizontal: +-30 graus. Da energia: Tensão da fonte de alimentação: 100 V à 240 V AC +/- 10%, 50hz/ 60Hz; Tipo de fonte de iluminação: Lâmpada / 188 W UHE; Vida útil da fonte de iluminação: mínimo de 6.000 hrs; Da conectividade: HDMI: x 1; USB Tipo A (adaptador wireless, atualização de firmware): x 1; USB Tipo B: x 1. Garantia mínima de um ano. Produto produzido e ou montado no Brasil, com rede de assistência técnica consolidada em território nacional.	UN	1	R$2.730,00	R$ 2.730,00

100	383129	Impressora multifuncional - Funções da impressora: Impressão, Cópia, Digitalização Scanner com alimentador automático Conectividade Rede Ethernet, Wi-FI e USB Impressão frente e verso (duplex), Alimentação: Bivolt Garantia MÍNIMA 1 ano Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows 7 , Windows 8 , Windows 10 Suprimento: Toner	UN	11	R$ 2.012,87	R$22.141,57
101	622138	Toner Características – Cartucho original do modelo de impressora correspondente ao item 4.	UN	11	R$ 249,00	R$ 2.739,00
102	355671	**Memória Portátil Microcomputador** Capacidade Memória: 32 GB Interface: Usb 3.2 Aplicação: Armazenamento De Dados Velocidade Gravação: 4.8 GB/S Características Adicionais: Material Plástico Com Tampa Protetora Do Plugue Compatibilidade Sistemas: Windows, Macos, Linux E Chrome Os Tipo: Pen Drive	UN	20	R$ 26,50	R$ 530,00
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 04						**R$ 63.939,57**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 04 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados no endereço da Secretaria da Educação de Laranjal Paulista, sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 05 - MOBILIÁRIO						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
103	243460	Armário nicho com 12 vãos produzido em mdf de 15 mm na cor cinza cristal revestido as duas faces, nichos sem portas de 0,40x0,40x0,40 cm de profundidade. Medidas altura 1,75 cm largura 1,26 cm e 0,40 cm de profundidade.	un	2	R$1.790,00	R$ 3.580,00

104	612946	Armário de Aço 2 portas material produzido com chapa aço 24, acabamento superficial com pintura eletrostática epóxi-pó, cor: bege, altura: 1,95 M, largura: 120 CM, profundidade: 40 CM, aplicação para uso geral, com fechadura e chaves, prateleiras reguláveis. Garantia dentro da legislação vigente. Móvel montado, pronto para uso, sem riscos ou defeitos de fabricação.	Un	10	R$2.498,00	R$ 24.980,00
105	482947	Conjunto para Aluno Tamanho 6(Azul).FDE CJA-06 Altura do aluno: de 1,59m a 1,88m. Conjunto do aluno individual composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira, certificado pelo INMETRO, e em conformidade com a norma ABNT NBR 14006 - Móveis escolares - Cadeiras e mesas para conjunto aluno individual. Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. Conforme Medidas Padrão FDE.	Un	100	R$ 686,50	R$ 68.650,00
106	623622	Conjunto para Professor Composto de 1 (Uma) Mesa e 1 (Uma) Cadeira. Mesa Individual com Tampo em MDP ou MDF, Revestido na Face Superior em Laminado Melaminico e na Face Inferior em Chapa de Balanciamento, Painel Frontal em MDP ou MDF, Revestido nas Duas Faces em Laminado Melaminico BP, Montado Sobre Estrutura Tubular de Aço. Cadeira Individual Empilhavél Com Assento e Encosto em Polipropileno Injetado ou em Compensado Anatômico Moldado, Montados Sobre Estrutura Tubular de Aço. CÓDIGO FDE: CJP-01	Cj	15	R$ 880,00	R$ 13.200,00
107	459155	CONJUNTO COLETIVO FDE TAMANHO 01 CJC-01(LARANJA) Conjunto Coletivo (01 mesa/ 04 cadeiras) tamanho 1. Mesa: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura,	Cj	16	R$1.345,00	R$ 21.520,00

		acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão- BP, na cor BRANCA. Topos encabeçados com fita de bordo em PVC (cloreto de polinivinila) com "primer", acabamento texturizado, na cor LARANJA. Dimensões acabadas 800mm (largura) x 800mm (profundidade) x 25,8mm (espessura). Cadeira: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor LARANJA. Dimensões Básicas Mesa: Altura: 460mm; Largura: 800mm; Profundidade: 800mm. Dimensões Básicas Cadeira: Altura Assento: 260mm; Largura: 327,7mm;				
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 05						**R$ 131.930,00**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 05 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

Os itens licitados no lote 05 deverão ser entregues montados e prontos para uso, caso ocorra impossibilidade de entrega, a contratada fica responsável por disponibilizar o serviço de montagem sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório.

LOTE 06 - ESTOFADOS						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
108	482639	Tatame Material: E.V.A. Comprimento Placa: 1 metro Largura Placa: 1 metro Espessura Placa: 2 cm Características Adicionais: Bordas Dentada Para Encaixe Cor: Variada	Un	200	R$ 107,25	R$ 21.450,00
109	482635	Colchonete de espuma flexível de poliuretano, certificado pelo INMETRO, revestido em material têxtil plastificado (corino), atóxico, na cor Azul, impermeável, com costura simples e acabamento em cadarço impermeável. Dimensões: - Comprimento: 185 cm; - Largura: 65 cm; - Altura: 5 cm	Un	50	R$ 148,75	R$ 7.437,50
110	600794	Almofadas Listradas Descrição apresentam de forma simples os primeiros conceitos sobre cor, sendo ideal para o desenvolvimento cognitivo, auxiliando na percepção e associação das cores. Podendo ser um importante aliado nos momentos de descontração ou leitura com os pequenos, proporcionando conforto e segurança. Preenchido com flocos de espumas, confeccionado em Corino, material resistente, antialérgico e de fácil higienização.podendo haver variações nas cores medindo 40 cm x 40 cm	Un	75	R$ 59,00	R$ 4.425,00

Valor máximo total estimado da contratação – Lote 06	R$ 33.312,50

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 06 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 07 – MATERIAIS PARA HORTA						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
111	321849	Terra vegetal Aplicação: Plantas Ornamentais Ingredientes: Material Inerte Dosagem: Matéria Orgânica 20kg	Pct	1	R$ 45,00	R$ 45,00
112	629069	Mudas e Sementes de Leguminosas, frutas Aplicação:Horta Apresentação: Embalagem Sementes	Pct	20	R$ 9,70	R$ 194,00
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 07						**R$ 239,00**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 07 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 08 – OUTROS						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
113	605860	Megafone Material: Plástico Abs Tipo: De Mão Potência: 30 W Voltagem: 12 V Alcance: 600 M Funções: Música/Gravação/Reprodução	UN	1	R$ 272,71	R$ 272,71
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 08						**R$ 272,71**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 08 fica ciente da necessidade da entrega única dos

itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

LOTE 09 - TECIDOS						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
114	416695	Sacos Alvejados para Guardanapo Kit com 5 Cor Branca 100% algodão Aplicação: Pintura	Pct	6	R$ 39,90	R$ 239,40
115	621020	Tecidos Variados – Metro Tricoline, estampado	m	20	R$ 24,90	R$ 498,00
116	465493	Metro de Velcro Autocolante Preto (modelo grosso) aproximadamente 2,5 cm de largura	m	80	R$ 16,70	R$ 1.336,00
Valor máximo total estimado da contratação – Lote 09						**R$ 2.073,40**

Observação importante: O fornecedor interessado neste lote 09 fica ciente da necessidade da entrega única dos itens solicitados sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório. **Para mais detalhes, consultar o item 6.2 e 6.3 deste Termo de Referência.**

VALOR MÁXIMO ESTIMADO DOS 9 LOTES	**R$ 321.308,43**

1.1.2. Tipo de licitação (art. 28): Pregão eletrônico, nos termos do art. 28, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Critério de julgamento: Menor Preço, nos termos do art. 33, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.1 – Modo de disputa: aberto nos termos do art. 56, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.2. Divisão da licitação

(x) Adjudicação por grupo/lote

( ) Adjudicação por item

1.2.3 Justificativa da Adjudicação por Lote

A escolha pela adjudicação por lote se deu devido à diversidade dos 117 itens licitados, que abrangem diferentes segmentos como papelaria, mobiliário, esportivo, jogos pedagógicos e informática. Organizar por lotes facilita o processo licitatório, amplia a competitividade entre fornecedores especializados, melhora a análise das propostas e favorece a economicidade. Além disso, simplifica a logística de recebimento e entrega dos materiais, garantindo maior eficiência na execução do contrato.

1.3. Da classificação do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme **Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021**.

1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.4 - Da amostra

1.4.1. Para referida contratação:

(x) não necessária a exigência de amostra

( ) será exigida amostra nos termos do 17 § 3º e art. 42 § 2º ambos da Lei 14.133/2021[2].

1.5. Da vigência do contrato

[2] Art. 17 - O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
I - preparatória;
II - de divulgação do edital de licitação;
III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
IV - de julgamento;
V - de habilitação;
VI - recursal;
VII - de homologação.
(...)
§ 3º Desde que previsto no edital**, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo**, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

Art. 42 (...)
§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

1.5.1. A vigência do contrato será de **1 (um) ano, contado(s) da data de sua assinatura** podendo ser prorrogado com base no artigo 105 e seguintes, conforme o caso, da Lei n.º14.133/2021 e suas alterações, desde que haja autorização formal da autoridade competente e mediante os seguintes requisitos:

1.5.1.1. Demais informações referentes à vigência da contratação.

Descrição	Informação	Base legal
Prazo para **a Contratada manifestar interesse na prorrogação**	De 60 (sessenta) até 30 (trinta) dias antes de vencer o contrato* *Prazo do contrato: via de regra, 12 meses a partir da assinatura do contrato.	Art. 123. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato. Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
Prazo para a **Contratada solicitar reajuste/correção monetária**	No mês do aniversário do orçamento estimado	Art. 25 (...) § 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, **será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado** e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
Documentos necessários para renovação do termo contratual	- todos os documentos de habilitação exigidos no edital/TR e - pesquisa no CEIS e Cnep	Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação, a descrição da necessidade da contratação encontra-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Do prazo de entrega

6.1.1. O(s) **prazo(s) de entrega, do objeto** deverá(ão) atender aos seguintes critérios:

a) para todos os **itens,** não poderá ser superior a **15 (quinze) dias consecutivos**, contados após a data de recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou após a data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, mediante aprovação da(s) prova(s), se for o caso, podendo ser enviadas por correio eletrônico (e-mail).

6.1.2. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela **UNIDADE REQUISITANTE**, Secretaria da Educação de Laranjal Paulista, Telefone (15) 3283-5726, falar com Ashley ou Alexandre de Segunda-feira á Sexta-feira das 8h ás 17h. Ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Do local de entrega

6.2.1. O(s) **local(is) de entrega** do objeto será(ão):

6.2.1.1. Lote 01 – JOGOS

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560– Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.2. Lote 02 – ESPORTIVO

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.3. Lote 03 – PAPELARIA

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.4. Lote 04 – INFORMÁTICA

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.5. Lote 05 – MOBILIÁRIO

Os itens licitados no lote 05 deverão ser entregues montados e prontos para uso, caso ocorra impossibilidade de entrega, a contratada fica responsável por disponibilizar o serviço de montagem sem custos adicionais na proposta a ser apresentada no processo licitatório.

a) **ITEM 1 - Armário nicho com 12 vãos**: Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

b) **ITEM 2 - Armário de Aço 2 portas**: Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

c) **ITEM 3 - Conjunto para Aluno Tamanho FDE CJA**: Entrega na escola EM. Dona Isabel Alves Lima, localizada na Avenida Afonso Mathias, nº1 – Distrito de Maristela – Cidade de Laranjal Paulista-SP -Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Falar com Wagner (diretor) – Ligar para avisar sobre a Entrega no telefone (15) 3287-6122 ou (15) 3283-5726

d) **ITEM 4 - Conjunto para Professor**: Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560– Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 7h ás 17h, entrega até as 16h. Fone (15) 3283-5726

e) **ITEM 5 - CONJUNTO COLETIVO FDE TAMANHO 01 CJC**: Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.6. Lote 06 – ESTOFADOS

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal

Paulista – SP – Horário de funcionamento das 07h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.7. Lote 07 – CULTIVOS

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 007h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.8. Lote 08 – OUTROS

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 007h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.1.9. Lote 09 – TECIDOS

Entrega na Secretaria da Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 560, Centro - Laranjal Paulista – SP – Horário de funcionamento das 007h00 às 17h00, entrega até às 16h00. Fone (15) 3283-5726

6.2.2 Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pelo CONTRATANTE deverá a CONTRATADA, também, descarregar, armazenar, instalar e montar (caso esteja previsto no objeto), o objeto no(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.3. Das condições de entrega

6.3.1. Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

6.3.2. O número do empenho, **autorização de compra, número do contrato administrativo, pregão e processo licitatório** ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

6.3.3. Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

6.3.4. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.3.5. Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

6.3.6. Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.

6.3.7. Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

6.4. Do prazo de validade

6.4.1. O(s) prazo(s) de validade para o objeto será(ão) o(s) descrito(s) abaixo, contado(s) da data de entrega. Deverá estar especificada na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade.

a) Para todos os itens do lote 03 – prazo mínimo de validade: **12 (doze) meses** contados a partir da data de entrega. Deverá estar especificada na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade.

6.4.2. A CONTRATADA deverá garantir a utilização do(s) item(ns) do objeto durante sua validade.

6.5. Da substituição do objeto

6.5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo **ORGÃO COMPETENTE**. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado na **NO SETOR DE LICITAÇÕES**, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela **UNIDADE REQUISITANTE** de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, fornecedor, n.º do Registro na Anvisa, Certificado de Aprovação – CA, entre outros.

6.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.6.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

6.7. Da garantia contratual

6.7.1. O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).

8.4. As atividades de gestão e fiscalização contratual serão executadas pelos servidores abaixo designados:

Atribuição	Nome do servidor	Cargo	Lotação	Matrícula
Gestor do contrato	Márcia Menezes Bueno Garbellotto	Secretária da Educação	Educação	44969
Fiscal do contrato	Ashley Gabrielle Rinaldo Nunes	Auxiliar Administrativo	Educação	44987
Fiscal do contrato suplente	Alexandre Petrin	Assistente Administrativo	Educação	17191

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

8.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das

medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

8.7. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

8.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

8.9. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).

8.10. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e

comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

8.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º).

8.12. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Compete ao CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e

9.1.2.1 – lavrar termo de recebimento provisório. Se o serviço contratado não estiver de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao **fornecimento e/ou aquisição do objeto**, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

9.1.12. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

10.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

10.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

10.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº

14.133, de 2021;

10.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **DISPENSA;**

10.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

10.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

10.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

10.1.18. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

10.1.19. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos

métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.23. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

10.1.24. informar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

10.2. Em atendimento à Lei Federal nº nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

10.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

10.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

10.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021; **10.3.2.** pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. Prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;

10.5. Informar à unidade requisitante, setor de licitações e contabilidade da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou do instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).

11.3. A execução do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*).

11.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou do instrumento equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

11.3.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

11.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou do instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

11.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou do instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

11.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, *caput*).

11.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou do instrumento equivalente (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

11.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º).

11.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado a cada entrega do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30 dia consecutivo**,** após o ateste realizado pelo Gestor do Contrato **designada pelo CONTRATANTE. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.**

12.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

12.4.1 - A emissão da nota fiscal deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 4.450 de 14 de agosto de 2023, notadamente no sentido de informar no documento fiscal a alíquota e respectivo valor do IRRF.

12.4.2. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

12.7. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao **Setor de Contabilidade** o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.8. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com **até duas casas decimais**, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à **segunda.**

12.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **12 (doze) meses contados da data do orçamento em agosto de 2025.**

13.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

15. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

15.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

11.2. A licitante vencedora também autoriza a PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA a realizar o tratamento de meus Dados Pessoais para as finalidades e de acordo com as condições aqui estabelecidas, em especial para:

11.2.1. Cumprir as obrigações contratuais e legais da PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA, em razão de suas atividades;

11.2.2. Execução de seus Programas e prestação de serviços;

11.2.3. Fomentar, desenvolver e melhorar soluções para o desenvolvimento de programas, projetos e ações;

11.2.4. Oferecer produtos e serviços que sejam de interesse e estratégia da PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA;

11.2.5. Realizar pesquisas com a municipalidade;

11.2.6. Realizar a comunicação oficial pela PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA ou por seus prestadores de serviço, por meio de quaisquer canais de comunicação (telefone, e-mail, SMS, WhatsApp, etc.).

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor.

16.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

16.1.2. MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

16.1.2.1. para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, sobre o valor global do item/grupo, **até 30 (trinta) dias de atraso**, **podendo,** justificadamente, ser **cancelada a nota de empenho, a** autorização de compra ou outro instrumento hábil, **cancelado e/ou rescindido o contrato,** nas seguintes situações:

a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

16.1.2.2. para inconformidade MODERADA, **será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida**, **podendo,** justificadamente, ser **cancelada a nota de empenho, a** autorização de compra ou outro instrumento hábil, **cancelado e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:**

a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado**, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;**

b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

16.1.2.3. para inconformidade **GRAVE:**

16.1.2.3.1. será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.2.3.2. será aplicada **multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia**, sobre o valor da parcela inadimplida, **até o limite de 30% (trinta por cento)**, pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

16.1.2.3.3. será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, **cancelado e/ou rescindido o contrato**, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

16.1.2.4. para inconformidade **GRAVÍSSIMA:**

16.1.2.4.1. será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, **cancelado e/ou rescindido o contrato**, pela inexecução total do objeto.

16.1.2.4.2. será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, **cancelado e/ou rescindido o contrato**, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.3. quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de **30% (trinta por cento)**.

16.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo **prazo de até 3 (três) anos**, quando houver, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo **prazo de até 6 (seis) anos**, quando houver, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;

b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;

f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima ***ou*** 2 (duas) infrações enquadradas como grave ***ou*** 3 (três) infrações enquadradas como moderada, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/21 e alterações ***ou*** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ***ou,*** independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

16.1.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

16.2. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

16.3. As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

16.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da notificação para pagamento, a mesma estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Dúvidas técnicas e pontuais referentes ao objeto deste Pregão, na Secretaria Municipal da Educação, fone (15) 3283-5726, no horário das 8 h às 16 h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

18.2 – Pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser realizados na forma do edital.

Laranjal Paulista 07 de agosto de 2025

Márcia Menezes Bueno Garbellotto
Secretária Municipal da Educação de Laranjal Paulista

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO 031/2025 – PROCESSO 261/2025

APLICAÇÃO DE RECURSO FINANCEIRO PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal da Educação de Laranjal Paulista/SP

Equipe de Planejamento: Equipe de Planejamento: Secretária da Educação - Márcia, Auxiliar Administrativo - Ashley, Assistente Administrativo – Alexandre

Data: 10 de junho de 2025

---

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

CONTEXTO DO RECURSO FINANCEIRO DISPONÍVEL

A Secretaria Municipal da Educação de Laranjal Paulista dispõe de recurso financeiro específico destinado à educação em tempo integral que possuem prazo para a utilização.

O recurso financeiro disponível para a educação em tempo integral será destinado às Creches Municipais e às Escolas Municipais Dona Isabel Alves Lima e Profesora Iara Selma Bado.

OPÇÕES IDENTIFICADAS PARA APLICAÇÃO DO RECURSO

Foram analisadas as seguintes alternativas para utilização do recurso financeiro disponível:

OPÇÃO A - Investimento em Infraestrutura e Reformas:

- Ampliação de salas de aula
- Reforma de refeitórios e banheiros
- Construção de quadras esportivas
- Adequação de espaços para atividades diversificadas
- *Vantagens:* Melhoria estrutural permanente
- *Desvantagens:* Alto custo, longo prazo de execução, necessidade de projetos específicos

OPÇÃO B - Contratação de Pessoal e Capacitação:

- Contratação de monitores e educadores

- Formação continuada de professores
- Contratação de profissionais especializados (educação física, artes, etc.)
- *Vantagens:* Melhoria da qualidade pedagógica
- *Desvantagens:* Custo recorrente elevado, limitações legais para contratação

OPÇÃO C - Aquisição de Materiais e Equipamentos (OPÇÃO ESCOLHIDA):

- Papelaria e materiais pedagógicos
- Equipamentos de informática
- Mobiliário escolar adequado
- Brinquedos pedagógicos
- Equipamentos esportivos
- *Vantagens:* Impacto imediato, menor custo, execução rápida, atendimento direto às necessidades pedagógicas.

OPÇÃO D - Programa de Alimentação Escolar Diferenciado:

- Ampliação do cardápio
- Equipamentos para cozinha
- Utensílios específicos
- *Vantagens:* Melhoria nutricional
- *Desvantagens:* Recurso específico em outros programas, além disso, já possuímos a Cozinha Piloto que faz a entrega de alimentação para as escolas.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A **OPÇÃO C** foi escolhida após análise comparativa considerando:

1. **Eficiência na aplicação:** Escolas em tempo integral precisam de pelo menos o dobro do investimento de uma escola regular, sendo os materiais pedagógicos essenciais para o funcionamento adequado.

2. **Impacto pedagógico direto:** Os materiais atendem imediatamente às necessidades educacionais dos estudantes em jornada ampliada.

3. **Otimização de recursos:** Melhor relação custo-benefício para o montante disponível.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

O problema central consiste na aplicação de recursos financeiros destinado á educação em tempo integral, que hoje apresenta **carência de materiais pedagógicos e equipamentos específicos** para o adequado funcionamento da educação, o que compromete:

- A qualidade das atividades educativas complementares
- O desenvolvimento integral dos estudantes
- O cumprimento das diretrizes da BNCC para educação integral
- A efetividade do investimento público na ampliação da jornada escolar

Esta carência impacta negativamente o interesse público ao limitar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, contrariando os objetivos da educação integral estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação.

2. Objetivos da contratação:

Objetivo Geral: Adquirir materiais pedagógicos, equipamentos e mobiliário necessários para o adequado funcionamento do programa de educação em tempo integral no município de Laranjal Paulista, garantindo condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades educativas complementares.

Objetivos Específicos:

- Dotar as unidades educacionais de materiais de papelaria essenciais para as atividades pedagógicas complementares;
- Fornecer equipamentos de informática adequados para o desenvolvimento da educação digital e tecnológica;
- Disponibilizar mobiliário apropriado para os diversos ambientes de aprendizagem da educação integral;
- Adquirir brinquedos pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento lúdico e cognitivo dos estudantes;
- Fornecer equipamentos esportivos necessários para as atividades físicas e recreativas do programa;
- Assegurar a continuidade e qualidade das atividades educativas em jornada ampliada;
- Contribuir para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação relacionadas à educação integral.

3. Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da contratação:

Habilitação Jurídica:

- Registro Comercial, CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;
- Para sociedades por ações: documento de eleição dos administradores;
- Para sociedades civis: inscrição do ato constitutivo com prova da diretoria em exercício;
- Apresentação de versão consolidada dos documentos societários;
- Comprovação de que o objeto social da empresa é pertinente ao objeto da contratação;
- CCMEI será exigido apenas quando permitida a participação de MEI.

Habilitação Fiscal:

- Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União em vigor;
- Certidão de Regularidade com Fazenda Estadual ou Municipal em vigor;
- Certificado de Regularidade do FGTS em vigor.

Habilitação Trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em vigor.

Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial em vigor.

Qualificação Técnica:

- Atestado(s) de capacidade técnica comprovando fornecimento de materiais similares para órgãos públicos ou empresas privadas (quantitativo até 50% conforme legislação).

Outros Documentos: Não há documentos complementares específicos exigidos.

4. Levantamento de Mercado:

Com base na pesquisa realizada nos portais BEC/SP, PNCP e outras plataformas de contratações públicas, foi identificado que o mercado de materiais para educação em tempo integral apresenta as seguintes características:

- **Fornecedores:** Existe um mercado amplo e competitivo com empresas especializadas em materiais educacionais, papelaria, equipamentos de informática, mobiliário escolar e artigos esportivos;
- **Disponibilidade:** Os materiais especificados estão disponíveis no mercado nacional com diversos fornecedores qualificados;
- **Preços de Referência:** Análise das licitações similares indica variação de preços conforme especificações técnicas e quantidades;
- **Prazo de Entrega:** O prazo de 15 dias para entrega é compatível com as práticas de mercado;
- **Sazonalidade:** Período de maior demanda coincide com início do ano letivo, podendo impactar preços e disponibilidade.

5. Descrição da Solução como um todo cite Índice de eficiência da gestão municipal a ser atendido e contratações semelhantes:

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A **aquisição de materiais pedagógicos e equipamentos** representa a melhor alternativa com base em:

1. **Alinhamento com recursos disponíveis:** Permite especificamente a aquisição de material didático e pedagógico, conforme previsto na legislação federal sendo disponibilizado **R$ 369.278,82**, considerando **R$194.000,00** Capital e **R$175.278,82** Custeio.

2. **Eficiência imediata:** Diferentemente de reformas estruturais que demandam projetos e licenças, os materiais podem ser adquiridos e implementados rapidamente.

3. **Impacto direto no ensino:** Os materiais atendem às necessidades pedagógicas específicas da educação integral, proporcionando diversificação das atividades educativas.

4. **Sustentabilidade operacional:** Não gera custos recorrentes de pessoal ou manutenção complexa.

SOLUÇÃO PROPOSTA

A solução consiste na **aquisição integrada de materiais pedagógicos e equipamentos** organizados em 5 categorias complementares:

CATEGORIA 1 - PAPELARIA E MATERIAIS PEDAGÓGICOS:

- Papel, lápis, canetas, tintas, massinha de modelar
- Cartolinas, papel colorido, colas, tesouras
- Materiais para atividades artísticas e manuais

CATEGORIA 2 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA:

- Tablets educacionais
- Computadores para laboratório
- Projetores multimídia
- Acessórios de informática

CATEGORIA 3 - MOBILIÁRIO ESCOLAR:

- Mesas e cadeiras adequadas às diferentes idades
- Estantes para organização de materiais
- Armários para armazenamento
- Mobiliário para espaços de leitura

CATEGORIA 4 - BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS:

- Jogos educativos
- Brinquedos de desenvolvimento motor
- Materiais para atividades lúdicas

- Equipamentos para recreação

CATEGORIA 5 - EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS:

- Bolas, cordas, arcos
- Equipamentos para atividades físicas
- Materiais para jogos cooperativos
- Acessórios esportivos

CONTRATAÇÕES SEMELHANTES IDENTIFICADAS

1. FNDE - Registro de Preços Nacional:

- Equipamentos e materiais pedagógicos para educação básica
- Valores de referência atualizados
- Especificações técnicas padronizadas

2. Universidade de Pernambuco:

- Pregão para materiais pedagógicos e equipamentos tecnológicos
- Lotes divididos por categoria de materiais
- Modelo de fiscalização aplicável

4. Prefeitura de Piracicaba/SP:

- Registro de Preços para materiais escolares
- Sistema de entrega programada
- Controle de qualidade rigoroso

A análise dessas contratações demonstra que a solução proposta está alinhada com as melhores práticas de gestão pública e apresenta viabilidade técnica e econômica comprovada.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas levando em consideração a quantidade de servidores cadastrados no município de Laranjal Paulista Estado de São Paulo:

Considerando as informações disponíveis sobre o município de Laranjal Paulista e as necessidades da educação em tempo integral, estima-se:

- **Papelaria:** Materiais suficientes para atender os estudantes em tempo integral;
- **Equipamentos de Informática:** Computadores, tablets e acessórios para implementação da educação digital;

- **Mobiliário:** Mesas, cadeiras, estantes e armários adequados aos ambientes educativos; Troca de mobiliários quebrados e em mal estado, por tempo de uso.
- **Brinquedos Pedagógicos:** Jogos educativos e materiais lúdicos para diferentes faixas etárias;
- **Equipamentos Esportivos:** Materiais para atividades físicas e recreativas.

Nota: As quantidades específicas serão definidas posteriormente conforme levantamento detalhado das necessidades de cada unidade educacional, Escola Isabel e Escola Iara.

7. Estimativa do valor da contratação:

Com base na pesquisa de mercado e análise de contratos similares, estima-se o valor da contratação de R$ 321.308,43, considerando R$ 193.403,28 Capital e R$ 127.905,15 Custeio:

- Variação de preços conforme especificações técnicas;
- Quantidades a serem definidas posteriormente;
- Índices de reajuste do período;
- Margem para flutuações de mercado.

Valor mais preciso será apresentado após definição das quantidades específicas e realização de pesquisa de preços detalhada.

8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

Recomenda-se o não parcelamento da solução pelas seguintes razões:

- **Economicidade:** Aquisição única permite melhor negociação de preços e redução de custos administrativos;
- **Eficiência:** Processo licitatório único reduz tempo e recursos empregados;
- **Gestão:** Facilita o controle e acompanhamento da execução contratual;
- **Integração:** Os materiais são complementares e destinados ao mesmo programa educacional;
- **Prazo:** Necessidade de implementação simultânea para início do programa.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar diretamente esta aquisição. Entretanto, destaca-se a possível necessidade futura de:

10. Demonstrativo da previsão da contratação no plano de contratações anual:

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Secretaria Municipal da Educação, sendo classificada como:

- **Prioridade:** Alta
- **Categoria:** Aquisição de bens
- **Fonte de recursos:** Recursos específicos da educação em tempo integral
- **Trimestre previsto:** 2º trimestre de 2025
- **Status:** Em fase de planejamento

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos:

Resultados Quantitativos:

- Atendimento de 100% das unidades educacionais participantes do programa;
- Fornecimento de equipamentos de informática, esportivos e jogos didáticos para atender 100% os alunos que frequentam o período integral até o presente momento;

Resultados Qualitativos:

- Melhoria da qualidade das atividades educativas complementares;
- Maior engajamento e motivação dos estudantes;
- Diversificação das metodologias pedagógicas;
- Fortalecimento do programa de educação integral municipal;
- Contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes.

12. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato:

- Definição das quantidades específicas por categoria de material;
- Elaboração das especificações técnicas detalhadas;
- Pesquisa de preços em no mínimo 3 fornecedores;
- Aprovação do projeto básico/termo de referência;
- Verificação da disponibilidade orçamentária;
- Designação da equipe de fiscalização do contrato;
- Preparação do local de recebimento e armazenamento;
- Definição dos critérios de aceitação dos materiais.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:
Impactos Ambientais Identificados:

- Geração de resíduos de embalagens durante a entrega;
- Descarte futuro de equipamentos eletrônicos ao final da vida útil;
- Consumo de papel e materiais não renováveis.

Medidas Mitigadoras:

- Exigir embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- Estabelecer programa de coleta seletiva nas unidades educacionais;
- Priorizar fornecedores com certificações ambientais;
- Implementar programa de reciclagem de equipamentos eletrônicos;
- Promover educação ambiental através do uso consciente dos materiais;
- Incentivar reutilização e reaproveitamento de materiais pedagógicos.

14. Mapa de riscos e respectivas medidas mitigadoras:

Risco	Probabilidade	Impacto	Medida Mitigadora
Atraso na entrega	Média	Alto	Cláusulas contratuais rígidas, penalidades, fornecedores alternativos
Materiais fora de especificação	Baixa	Médio	Fiscalização rigorosa, testes de aceitação, devolução
Descumprimento contratual	Baixa	Alto	Garantias contratuais, análise prévia da capacidade do fornecedor
Variação de preços	Média	Médio	Pesquisa de mercado atualizada, cláusulas de reajuste
Indisponibilidade orçamentária	Baixa	Alto	Planejamento orçamentário adequado, reserva de recursos
Problemas de armazenamento	Baixa	Médio	Preparação prévia do local, cronograma de entregas

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

CONCLUSÃO POSITIVA PELA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

ANÁLISE FINAL DAS OPÇÕES PARA APLICAÇÃO DO RECURSO

Após análise técnica detalhada das 4 (quatro) opções identificadas para aplicação do recurso financeiro específico da educação em tempo integral, **CONCLUI-SE PELA ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE DA OPÇÃO C - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**, pelos seguintes fundamentos:

JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS CONCLUSIVAS:

1. ANÁLISE COMPARADA DAS OPÇÕES:

- **Opção A (Infraestrutura):** Inviável pelo alto custo e prazo extenso
- **Opção B (Pessoal):** Limitada pelas restrições orçamentárias e legais e custo recorrente necessário

- **Opção C (Materiais): ESCOLHIDA** - Melhor relação custo-benefício e impacto pedagógico imediato
- **Opção D (Alimentação):** Já contemplada em programas específicos

2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Recurso disponível suficiente para a aquisição proposta
- Melhor aplicação do recurso considerando custo-benefício
- Impacto financeiro sustentável para o município
- Não geração de custos recorrentes elevados

3. ADEQUAÇÃO PEDAGÓGICA:

- Atendimento direto às necessidades da educação integral
- Contribuição para o desenvolvimento das competências da BNCC
- Diversificação das atividades educativas complementares
- Melhoria da qualidade do ensino em jornada ampliada

4. ADEQUAÇÃO TEMPORAL:

- Prazo de entrega compatível com necessidades educacionais
- Implementação possível para o próximo período letivo
- Execução mais rápida comparada às demais opções
- Atendimento ao cronograma escolar municipal

5. ADEQUAÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO:

- Benefício direito aos estudantes da educação integral
- Melhoria da qualidade educacional municipal
- Otimização da aplicação de recursos públicos
- Contribuição para os indicadores educacionais (IDEB)

POSICIONAMENTO FINAL:

RECOMENDA-SE EXPRESSAMENTE a continuidade do processo licitatório para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**, considerando que:

1. Esta é a **MELHOR OPÇÃO** dentre as alternativas analisadas para aplicação do recurso disponível;

2. A contratação é **NECESSÁRIA, ADEQUADA E OPORTUNA** para o atendimento das necessidades identificadas;

3. Existe **VIABILIDADE TÉCNICA, JURÍDICA E ORÇAMENTÁRIA** para a execução da contratação;

4. O **INTERESSE PÚBLICO** será plenamente atendido com a implementação desta solução;

5. A solução escolhida **MAXIMIZA OS BENEFÍCIOS** educacionais e sociais da aplicação do recurso público.

APROVAÇÃO TÉCNICA:

A presente análise técnica demonstra de forma inequívoca que a **OPÇÃO C - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** é a melhor alternativa para aplicação do recurso financeiro específico da educação em tempo integral, devendo ser implementada com prioridade para garantir o adequado funcionamento do programa educacional.

Elaborado por:

Equipe de Planejamento: Secretária da Educação - Márcia, Auxiliar Administrativo - Ashley, Assistente Administrativo – Alexandre

Secretaria Municipal da Educação

Laranjal Paulista/SP
Data: 10 Junho de 2025

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO 031/2025 – PROCESSO 261/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Condições da prestação dos serviços: Vide Anexo I - Termo de Referência.

LOTE						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
Valor máximo total estimado da contratação – Lote						

Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

DADOS DO PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

CNPJ:

Telefone: Fax: e-mail:

Validade da Proposta: **90 dias**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO GERAL

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: _____/20____

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo,a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. o e-mail:_____, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações;

11. que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são: Nome: ,**CPF:_____,** **RG:_____.**

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO),_____de_____de 202__.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO n.º 261/2025

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 031/2025

CONTRATO n.º _____/2_____

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA
CONTRATADA:

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA,** inscrito no CNPJ/MF sob nº46.634.606/0001-80 com sede na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro, neste ato representado pelo ....., doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº. ....., sediada na ....., representada por seu representante legal ..... (qualificação completa, RG e CPF), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com **os elementos constantes no Pregão Eletrônico nº ..... - Processo administrativo nº .....,** e ainda com fundamento na *Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021* e demais legislaçãoaplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (*art. 92, I e II*)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE						
Item	**CATMAT**	**Descrição Dos Itens**	**Unid.**	**Quant. total**	**Valor unitário**	**Valor global estimado**
Valor máximo total estimado da contratação – Lote						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável se necessário, na forma do *artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021*. O contrato iniciar-se-á em XX/XX/2025 (dia da semana) e encerrar-se-á em XX/XX/2026 (dia da semana).

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negocia-ção com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (*art. 92, IV, VII e XVIII)*

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A fiscalização desta contratação será realizada pelo(a) Servidor(a) Público Sr(a). _____ , cabendo a este (s) informar (em) ao Gestor(a) competente, Sr(a) _____, através de termo circunstanciado, a data e condições da entrega, atestando documento de entrega e cobrança.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução

do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (*art. 92, V e VI*)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (*art. 92, V*)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (*art. 92, X, XI e XIV*)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus

anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo,forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceirosem decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (*art. 92, XIV, XVI e XVII*)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (*Lei nº 8.078, de 1990*);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (*art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021*) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo equalquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (*art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021*);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (*art. 116, parágrafo único, da Lei n.º*

14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no *art. 124, II, d, da Lei nº14.133, de 2021.*

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas eutensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição deaprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da *Lei nº 14.133, de 2021*, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no *art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (*art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021*);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e"d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (*art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021*);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (*art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021*).

IV. **Multa**:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso ou inadimplementio superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 30%do valor do Contrato.

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 30% do valor do Contrato.

f) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

g) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

h) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (*art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)*

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (*art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021*).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (*art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021*)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do *art. 158da Lei nº 14.133, de 2021,* para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (*art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021*):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na *Lei nº 14.133, de 2021*, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na *Lei nº12.846, de 2013*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade

competente definidos na referida Lei (*art. 159*).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (*art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021*).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (*Art. 161, da Lei nº 14.133,de 2021*).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do *art. 163 da Lei nº 14.133/21*.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução *Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022*.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (*art. 92, XIX*)

11.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele

fixado, por algum dos motivos previstos no *artigo 137 da Lei nº 14.133/21*, bem como amigavelmente,assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejaráa extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizadotermo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (*art. 131, caput,da Lei n.º 14.133, de 2021*).

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalizaçãoou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral oupor afinidade, até o terceiro grau (*art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021*).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo descritas e parte em dotações futuras:

- 02.03.01.12.361.0006.2008.0000-3.3.90.30.00 - ficha 360
- 02.03.01.12.361.0006.2008.0000-4.4.90.52.00 - ficha 361
- 02.03.01.12.365.0006.2009.0000-3.3.90.30.00 - ficha 362
- 02.03.01.12.365.0006.2010.0000-3.3.90.30.00 - ficha 363

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei *nº 14.133, de 2021,* e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na *Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor* – e normas e princípios gerais doscontratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos *arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021*.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (*art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021*).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do *art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021*.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no *art. 94 da Lei 14.133, de 2021*, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao *art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527,de 2011,* c/c *art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012*.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjal Paulista/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme *art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21* .

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Gestor do contrato Fiscal do contrato

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025 – PROCESSO 261/2025

ANEXO VI - ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONTRATANTE: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:_____
Cargo:_____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____